

## Narrativa e memória na análise das transformações relacionadas a intervenções sociais em gênero

Vanessa do Nascimento Fonseca<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.67190>

**Resumo:** O artigo disserta sobre as metodologias utilizadas em duas pesquisas da autora. Ambas as investigações analisaram experiências de intervenções sociais no campo da sexualidade, da saúde reprodutiva e do gênero, sobretudo envolvendo as masculinidades. As fontes utilizadas foram documentos diversos, como diários de campo, cadernos elaborados para as atividades, relatórios, artigos, entre outros. Uma das pesquisas incluiu o relato das trajetórias de pessoas egressas em projetos sociais sobre a temática mencionada, no início dos anos 2000. Realizadas participativamente, por meio dos preceitos da educação popular e da pesquisa-intervenção, as práticas sociais geraram um grande volume de registros, ao longo dos quinze anos de trabalhos. Tais escritos, retomados em sua análise, acionaram outras memórias, atravessadas pelos acontecimentos do presente. A cartografia da memória, concebida como uma narrativa que acompanha os acontecimentos, aberta à produção de novas problematizações, deslocou concepções teóricas e questões de pesquisa, fruto ainda da ampliação dos debates sobre feminismo no Brasil. Considerando a narrativa como política, este texto busca expor os meandros e o percurso realizado nas análises e na escrita da investigação, apontando seus efeitos e diferenças com modos hegemônicos de produção de saber.

**Palavras-chave:** narrativa; memória; pesquisa-intervenção; cartografia; gênero.

**Narrative and memory in the analysis of transformations related to social interventions in gender**

**Abstract:** The article discusses the methodologies used in two of the author's research projects. Both studies analyzed experiences of social interventions in the field of sexuality, reproductive health and gender, especially involving masculinities. The sources used were various documents, such as field diaries, notebooks prepared for the activities, reports, articles, among others. One of the studies included the account of the trajectories of former inmates in social projects on the mentioned themes, in the early 2000s. Conducted in a participatory manner, through the precepts of popular education and intervention research, the social practices generated a large volume of records over the fifteen years of work. These writings, revisited in her analysis, triggered other memories, interspersed with the events of the present. The cartography of memory, conceived as a narrative that follows the events, open to the production of new problematizations, displaced theoretical concepts and research questions, also resulting from the expansion of debates on feminism in Brazil. Considering the narrative as political, this text seeks to expose the intricacies and the path taken in the analyses and writing of the investigation, pointing out its effects and differences with hegemonic modes of knowledge production.

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente no Departamento de Psicologia da UFF, campus Volta Redonda. E-mail: [vnfonseca@id.uff.br](mailto:vnfonseca@id.uff.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4423-3298>.

**Keywords:** narrative; memory; intervention-research; cartography; gender.

### **Narrativa y memoria en el análisis de las transformaciones relacionadas con las intervenciones sociales en género**

**Resumen:** El artículo analiza las metodologías utilizadas en dos proyectos de investigación del autor. Ambas investigaciones analizaron experiencias de intervenciones sociales en el campo de la sexualidad, la salud reproductiva y el género, especialmente involucrando las masculinidades. Las fuentes utilizadas fueron diversos documentos, como diarios de campo, cuadernos elaborados para las actividades, informes, artículos, entre otros. Uno de los estudios incluyó el relato de las trayectorias de exparticipantes en proyectos sociales sobre la temática mencionada, a inicios de la década del 2000. Realizadas de manera participativa, a través de los preceptos de la educación popular y la investigación-intervención, las prácticas sociales generaron un gran volumen de registros, a lo largo de los quince años de trabajo. Tales escritos, revisados en su análisis, desencadenaron otros recuerdos, atravesados por los acontecimientos del presente. La cartografía de la memoria, concebida como una narrativa que acompaña los acontecimientos, abierta a la producción de nuevas problematizaciones, concepciones teóricas desplazadas y preguntas de investigación, resultantes también de la expansión de los debates sobre el feminismo en Brasil. Considerando la narrativa como política, este texto busca exponer las complejidades y el camino recorrido en los análisis y escritura de la investigación, señalando sus efectos y diferencias con los modos hegemónicos de producción de conocimiento.

**Palabras clave:** narrativa; memoria; investigación-intervención; cartografía; género.

### **Narrativa e memória na análise das transformações relacionadas a intervenções sociais em gênero**

#### **Introdução**

Este texto disserta sobre as metodologias utilizadas em dois de meus trabalhos de pesquisa: a tese de doutoramento e uma investigação realizada no pós-doutorado. O modelo de investigação aplicado nos estudos de doutorado, que recebeu o nome de “cartografia da memória” por um dos membros da banca, pôs em análise onze anos da experiência em intervenções nas masculinidades para

a equidade de gênero, com base em documentos (diários de campo, relatórios, cadernos de atividades de grupo, materiais de campanhas, entre outros) e na memória da participação em tais intervenções, acionada em sua narrativa. Já a pesquisa empreendida como parte de um pós-doutorado recorreu às histórias contadas por pessoas egressas de projetos sociais para a promoção da equidade de gênero, direitos reprodutivos e

sexualidade, realizados nos anos 2000. As narrativas coletadas se referiam às memórias de participação em tais ações sociais e à reverberação das atividades em suas vidas, ao longo dos quinze anos após a finalização dos projetos.

A retomada de tais estratégias de pesquisa tem como intuito analisar o modo como certas formas de narrar costuraram os dados que sustentaram seus objetivos. Defende-se que as narrativas resultantes desse processo se configuram como estratégias políticas capazes de evidenciar e confrontar relações de poder ancoradas em práticas de pesquisa tradicionais, ou sustentadas por fazeres coloniais: neutralidade fictícia, por não considerar, em campo, as posições das pessoas pesquisadas; hierarquias entre observadores e pessoas observadas, em que essas são consideradas externas aos resultados de suas análises; valorização de certa concepção da razão, em que se afetar pelo contexto investigado é desvalorizado; apreço pela imobilidade, solidez, nas quais as contradições e instabilidades das relações no território pesquisado são apagadas.

O modo de tecer narrativas, seja pelas histórias contadas por ex-participantes de projetos sociais, seja pela cartografia da memória dos documentos e diários de campo, a partir de um processo em que fazer e pensar não se separam, alinhou-se às práticas de formação coletivas, críticas às relações de poder entre formadores e formandos. Em tais práticas, metas são negociadas no curso do trabalho, a partir das problematizações das relações, das contradições, dos conflitos, entre outros elementos que atravessam sua execução. Neste texto, ensaio uma reflexão a respeito de como o próprio narrar os acontecimentos buscou incluir a complexidade dos fatos e conduziu a novas perspectivas de ação.

### **Cartografia, narrativa e memória**

Cartografar é um conceito que extrapolou sua origem na geografia. Não se trata de produzir mapas que traduzem a realidade, mas se baseia na narrativa das experiências espaciais. O espaço, composto por nossas vivências, apenas pode ser acessado narrativamente. Ou ainda, segundo Freitas e Bredas (2019), as narrativas têm como potencialidade a

possibilidade de evocar as experiências espaciais. Nesse sentido, tanto a pesquisa com base na narrativa das pessoas egressas de projetos sociais sobre sua trajetória de vida, quanto a que utilizou a cartografia da memória, são investigações narrativas e, portanto, pertinentes ao dossiê “Narrar: gesto metodológico e indagação epistemológica”.

Outrossim, é que um trabalho de pesquisa envolve sempre a seleção de maneiras de contar o vivido – entrevistas, questionários, grupos focais, observação participante (Passos e Barros, 2009). Uma pesquisa é a narrativa de um fato, a partir de uma certa posição (Haraway, 1995). Um investigador está sempre localizado, tal como evidenciaram diversas feministas em sua crítica aos saberes que hierarquizam sujeitos a partir de uma neutralidade fictícia, da construção de um conhecimento sem origem no conhecedor, mas disperso em um mundo a ser desvelado. Todavia, “não há verdades a serem reveladas, mas perguntas que abrem e encerram questões” (Franco, 2016, p. 14). Igualmente, com Luciana O. P. Franco (2016), defendemos que não se trata de diferentes posições de um mesmo

fato, mas que tal fato só existe a partir de suas versões.

Ao publicar o fruto de uma investigação, apresentamos uma versão de nossa experiência (Franco, 2016), que envolve os caminhos percorridos por um corpo interessado e atento a certos elementos circunscritos em determinado espaço e tempo. Eis então, o que caracteriza uma pesquisa ética e responsável – que pode responder por seus achados. Trata-se daquela que põe à disposição do leitor a trajetória traçada na construção de seu saber; que comprehende as relações e amarrações necessárias à sustentação de determinado argumento. Nisso consiste um conhecimento que se localiza. Aqui, novamente, é possível perceber uma aproximação entre cartografia e narrativa, uma vez que envolve mapeamento das posições que construíram saberes, por meio de uma história que é contada.

Afirmar que toda pesquisa é uma narrativa, decorrente da escolha de um modo de contar sobre o observado – ou coletado no campo –, é um ato político, uma vez que interfere nas relações e posições de poder que articulam saberes e normas que regem o meio

social. Do mesmo modo, é possível pensar uma “política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece” (Passos e Barros, 2009, p. 151). A partir desse ponto, podemos presumir que, se todo o conhecimento que extraímos do mundo não é a descoberta da verdade, mas uma produção política, é preciso cuidar das relações e compreender que todo saber é uma composição feita entre interlocutores (pesquisadores e pessoas observadas) e tudo mais que atravessa o campo de investigação, incluindo o tempo.

Portanto, como será debatido adiante, a análise realizada das abordagens empreendidas nas pesquisas de doutorado e pós-doutorado não tem a pretensão de concluir qual o melhor método para se extrair a verdade de um fato. As pesquisas não visavam alcançar qualquer verdade a respeito de fatos, mas buscaram produzir recortes que visibilizassem determinadas problemáticas, dar sentido aos afetos em campo, mapear efeitos etc., abrindo espaço para elaborações, ou hipóteses

que nos levassem a percorrer novos caminhos, desviar de certos obstáculos e produzir conexões com trabalhos semelhantes. Conjugadas às práticas sociais, refletindo-as, produziram deslocamentos nos modos de fazer analisados.

As relações em campo foram profundamente refletidas – de gênero, de faixa etária, de raça, de regionalidade, de nível educacional –, a partir de uma crítica às hierarquias entre quem pesquisa e a pessoa pesquisada. Ambos os estudos produziram uma mirada para o passado, dispondo do trabalho do tempo na elaboração da experiência.

Tempo e espaço são inseparáveis do processo narrativo. Se as narrativas são tecituras das significações atribuídas à experiência pelo sujeito em seu movimento no espaço, do mesmo modo, só são possíveis no tempo. De acordo com Larrosa (2017), a experiência é significada no tempo, pela memória. Enquanto experiência é o próprio acontecimento, memória é o que dá sentido à experiência, a partir de uma elaboração presente do vivido, como será aprofundado à frente. É assim que o tempo é um componente importante

da própria experiência. Se, para o autor, a experiência é algo que nos acontece, nos toca, é necessário um gesto de interrupção, de parada: para pensar, para escutar, pensar mais devagar, ouvir mais devagar. Cabe destacar que a memória não é o retrato mental do passado, mas a constante elaboração da experiência. Por constante, refiro-me a que tal elaboração não se repete, se modifica a todo instante, agenciando-se aos fatos do momento em que a memória é convocada. Nesse sentido, a cartografia da memória, ou a narrativa que deu sentido aos eventos passados, pode ser considerada a rememoração agenciada com os fatos presentes, prerrogativa evidente na execução das duas pesquisas, com como também será mencionado adiante.

As investigações, dessa maneira, instauraram uma pausa, ou instituíram outra velocidade na minha prática de trabalho social. Isso nada tem a ver com uma separação entre teoria e prática. De modo algum, me refiro a um olhar externo, que se volta das alturas para um fazer. Mas se, segundo Larrosa (2017), a experiência é o que nos toca, nos acontece e, para tal, é preciso calma e lentidão para que

haja afetação, a disputa é contra a aceleração do tempo, própria aos fazeres da contemporaneidade.

Assim, a partir das questões levantadas nesta breve introdução, discutirei, neste artigo, os processos que subsidiaram a escrita dos documentos, produtos das pesquisas implementadas no doutorado e no pós-doutorado.

### **Diários de uma mulher latino-americana na transformação das masculinidades**

Por onze anos, atuei na realização de pesquisas, produção, testagem e adaptação internacional de metodologias para o envolvimento dos homens na equidade de gênero, por meio da crítica às masculinidades. Tais atividades incluíam a criação de jogos, literatura, exercícios de grupo e campanhas de marketing social, e são frutos de demandas e financiamentos de organizações bilaterais na busca para reduzir desigualdades de gênero nos países do Sul-Global, principalmente.

Desde a segunda metade da década de 1990, iniciativas sociais que convocavam os homens cis a também revisitar seu papel nas relações de

gênero foram impulsionadas por alguns fatores: a ampliação dos estudos sobre masculinidades; as pesquisas sobre globalização e desenvolvimento e seu impacto na vida das mulheres (Connell, 2016); as grandes conferências internacionais que ajudaram a chamar a atenção dos governos para as reivindicações feministas, sobretudo a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, no Cairo, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, em 1995 (Keijzer, 2004; Oliveira, 2004); o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento do HIV/Aids e o levantamento de questões em relação à eficácia das ações preventivas caso não fossem discutidas as relações de subordinação às quais mulheres e gays estavam submetidos (Heilborn e Carrara, 1998). Esses e outros acontecimentos favoreceram uma crescente oportunidade de financiamentos de pesquisas e intervenções voltadas para o conhecimento dos homens, cisgêneros sobretudo, e a alteração de seus comportamentos (Fonseca, 2023). Com isso, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil – que começaram a se formar naquele

período – se engajaram na realização de estudos que correlacionavam a transformação das masculinidades a resultados positivos no enfrentamento e cuidado da aids, na redução da violência contra mulheres e crianças e na promoção dos direitos reprodutivos. Um dos moteis orientadores dos esforços para a mobilização dos homens cis na crítica de seus lugares nas relações de gênero foi lançado pelo diretor executivo da UNAIDS, Peter Piot, em 2000, quando anunciou que, se os homens são parte do problema, deveriam também ser parte da solução (Arilha, 2010). Tais financiamentos também favoreceram a partilha de experiências e metodologias entre países, em que, não raro, o Norte Global teorizava e criava escopos de intervenção, enquanto o Sul fornecia as experiências (Connell, 2012; Ballestrin, 2013).

Como parte de uma organização co-fundadora de uma aliança internacional para o engajamento de homens cis na promoção de justiça de gênero e direitos humanos, e dirigida por um importante estudioso estadunidense das masculinidades, fui convocada a realizar consultorias para a adaptação de metodologias

consideradas transformadoras das masculinidades em países da América Latina (Peru, Paraguai, Bolívia, Nicarágua, Guatemala, El Salvador e Honduras, além do Brasil) e da África (Moçambique, Mali e Costa do Marfim). A encomenda, desse modo, era “como transformar os homens [cis] para o alcance de melhores resultados em saúde e direitos humanos, especificamente no que diz respeito à igualdade de gênero?”. O trabalho de assessoria a esta questão era realizado através de formações que visavam adaptar ferramentas elaboradas e avaliadas, no Brasil, por meio de teorias e escalas de atitudes e comportamentos masculinos, criadas em universidades do Norte Global.

As atividades realizadas para a adaptação de técnicas de mudanças de comportamentos masculinos em contextos culturalmente muito diversos, geraram muitos desafios, mas, sobretudo, estranhamentos, incômodos, afetos que precisavam ser significados. O que significa transformar masculinidades? Debater novos modelos de homens cis transforma relações de poder? Quem produz tais modelos? Como se configura a demanda pela

transformação? Uma mulher cis é capaz de convencer os homens cis a refletirem sobre seus modos de ser? Como uma estrangeira pode estimular o debate em outros países? É o machismo o principal problema na relação de uma mulher latino-americana com os homens cis brancos do Norte-Global? Ocionalmente, havia dúvidas e interpelações a respeito do fato de uma mulher cis brasileira, jovem na época, trabalhar para sensibilizar os homens cis para assumirem um papel no enfrentamento das desigualdades de gênero. Acreditava-se que homens cis só conseguiriam de ouvir a outros homens cis. Essas e outras indagações, bem como situações diversas, embasaram a produção de notas e diários de campo usados na confecção da tese.

Formada pelas pesquisas-participantes na área da psicologia social, as intervenções realizadas ao longo de meu trabalho no campo do gênero não estavam separadas da

produção de analisadores<sup>2</sup> que faziam operar as práticas com os grupos. Para tal, o relato frequente em diários era fundamental. A partir da anotação cotidiana das vivências, inquietações, estranhamentos, reações dos grupos, indagações etc., era possível produzir análises e recriar direcionamentos para as intervenções. Os diários registravam o que poderia ser acionado na redação dos relatórios, ofereciam um plano de pensamento e análise, além de recurso na visibilização de deslocamentos que as lentes das metodologias de avaliação quantitativa, de mudança de comportamentos e atitudes, não nos permitiam enxergar. Eram instrumento de defesa da reprodução ou da alteração das práticas utilizadas. Novas intervenções eram planejadas com os grupos trabalhados a partir dos diários de campo, além de facilitar a produção de narrativas, alternativas às mensurações quantitativas de mudanças de comportamento, que auxiliavam nas negociações com agências bilaterais e organizações parceiras, colocando em análise as

encomendas feitas e suas demandas por produtivos e métodos avaliativos restritos. Os diários eram, portanto, ferramenta metodológica, histórica e política, tal como preconiza Lourau (1993).

A formação como pesquisadora a partir da abordagem etnográfica e, posteriormente, os estudos sobre análise-institucional, pesquisa-intervenção e cartografia, embasaram as escritas dos diários de campo. A manutenção regular de anotações em que quem observa mapeia os acontecimentos do campo é fundamental nessas práticas de pesquisa e ação social. As reações, os conflitos, os afetos, os cenários, as paisagens, os movimentos, os relatos, tudo o que foi ouvido e vivido é descrito, para ser refletido, revisitado, analisado e dar forma a novos mapeamentos dos processos em campo. Não se trata somente do relato de opiniões ou da interpretação dos fatos, mas do registro dos acontecimentos em sua processualidade, em seu movimento, com suas conexões e os afetos que

<sup>2</sup> Na análise institucional, aquilo que se revela para a análise. Analisador se refere a "acontecimento, indivíduo, prática ou dispositivo que revela, em seu próprio

funcionamento, o impensado de uma estrutura social – tanto a não conformidade com o instituído como a natureza deste mesmo instituído" (Rodrigues; Souza, 1987, p. 29).

atravessam o ato de investigar, “sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (Passos; Barros, 2009, p. 17).

Cartografia envolve, por meio de uma narrativa, acompanhar processos que se dão no território existencial, no plano da experiência, sem encobrir “tensionamentos de um movimento que se inscreve em uma realidade complexa e multireferencializada” (Aguiar; Rocha, 2007, p. 651). Processo é curso, deslocamento, e um campo de pesquisa é uma rede complexa de atores, negociações e fluxos que geram instabilidades, de modo que cartografia “é menos a descrição de estados de coisas” (Alvarez; Passos, 2009, p.135), do que o acompanhamento de trajetórias. Não há enquadramento ou fotografia que dê conta do que se passa no campo. Narrar implica em seguir a inconstância.

Com base nesses preceitos, os onze anos que atravessaram o trabalho social nas transformações das relações de gênero a partir dos homens cis, geraram um acúmulo de materiais (projetos, encomendas, diários de

campo, relatórios, cadernos de atividades, artigos, cartazes, folhetos de campanha) que incitaram, então, o desejo de analisar essa experiência de trabalho a partir de novos olhares. Além dos interlocutores do programa de pós-graduação e das novas leituras, novas articulações eram também feitas com os membros de organizações para o envolvimento dos homens cis na equidade de gênero. A aproximação para busca de documentos, materiais e produções bibliográficas possibilitava conversas que inspiravam análises também registradas em diários. Dessa forma, os conteúdos analisados não se restringiam ao passado, envolveram novas buscas, e eram a reverberação da memória no presente, expressos em uma narrativa confeccionada durante um período de efervescência do debate sobre gênero e sexualidade: tentativa de desmontes de conquistas em prol da equidade e diversidade, crescimento de grupos masculinistas e reacendimento do conservadorismo, ao lado de novos levantes de mulheres, grande volume de traduções e debates sobre feminismo. A cartografia da memória documentada nos diários, materiais educativos e de campanha foi entremeada/ costurada em uma

narrativa que aciona as memórias registradas no corpo e os acontecimentos presentes, novas leituras, novas problematizações, novos encontros.

O trabalho de tese se inscreveu, assim, no tempo tão adiado de parar e pensar sobre as práticas que constituíram minha luta no campo feminista, seus desafios e complexidades, sendo agraciado pelo adensamento do debate feminista no Brasil e suas novas problematizações. Todavia, como mencionado previamente, essa temporalidade não opõe teoria à prática, pesquisa à intervenção. A recuperação dos documentos, a busca pelos materiais das intervenções produziu novas interlocuções e inserções no campo, que se desdobraram em novas análises, outras práticas, que se entremeavam e ofereciam novos conteúdos e perspectivas dos arquivos antigos. Intervenção e pesquisa andavam juntas.

O intuito da pesquisa, portanto, não foi o olhar para o passado a partir de uma posição distante e desvelar a realidade dos fatos vividos. Mas, organizar as ideias e narrá-las a partir de um encadeamento lógico, tecido em

colaboração com autores que tratam de assuntos semelhantes. Nesse sentido, o propósito foi possibilitar novas interpretações em diálogo com novas produções no campo; ampliar os sentidos do vivido; produzir indagações sobre hábitos, práticas impensadas pela automatização de sua realização e, ao contá-las, facilitar ressonâncias com outros fazeres, continuar experimentando desafiar as normas de gênero a partir de novas práticas, horizontes, lugares outros, favorecer heterotopias. Nesse sentido, não é uma utopia, um ponto a ser vislumbrado no futuro, mas, de acordo com Foucault (2013), um espaço intenso e transformador. Uma transformação, portanto, como uma condição subjetiva, de abertura aos acontecimentos, e não uma meta estabelecida previamente.

### **Tempo e transformação: contra a aceleração das práticas sociais**

Ao fazer uma análise crítica das avaliações dos projetos de transformação das masculinidades, depreendemos que transformação não é algo que se estabelece de antemão. Transformação é processo, não o objetivo de nossas intervenções. É nesse sentido que a transformação é a

criação de possíveis (Rocha e Aguiar, 2003), a partir da produção de analisadores, problemas, questões “que favorecem a produção de acontecimentos” (Paulon, 2005, p. 22). A transformação, o deslocamento, é a própria intervenção. A definição dos lugares de chegada previamente – como a noção de um homem cis transformado a partir de comportamentos definidos por um contratante externo ao coletivo participante dos processos de formação – não é senão a reprodução das relações de poder na ciência e na política, nos quais os ditames do Norte Global orientam os rumos do mundo, com suas fórmulas simplificadoras das contradições e da complexidade da vida humana.

A pesquisa-intervenção e a cartografia, críticas às tradicionais relações de poder entre quem pesquisa e a quem se pesquisa, afirmam que metas devem ser traçadas no percurso do estudo (Passos; Barros, 2009), assim como é no encontro com os coletivos que as transformações se dão. Entretanto, contrariamente às demandas para averiguação da alteração dos comportamentos masculinos em intervalos temporais

curtos, a partir de um conjunto de técnicas específicas, era possível notar que, além de imprevisíveis, as mudanças se davam ao longo de um tempo que extrapolava os encontros coletivos.

A continuidade da minha relação com ex-participantes dos projetos sociais para a equidade de gênero me permitia perceber deslocamentos que permaneciam acontecendo em suas trajetórias, a partir da circulação por novos espaços e novas inserções de trabalho. A ocupação de novos lugares fazia ressoar a memória de suas vivências nos projetos sociais, possibilitando novos sentidos para sua atuação no mundo.

Assim, interessada em ouvir mais profundamente a perspectiva das pessoas egressas dos projetos sociais sobre suas mudanças ao longo dos anos e, com base na ideia de que as transformações requerem um tempo para acontecer, a proposta de pesquisa no pós-doutorado objetivava analisar a trajetória de mulheres e homens, cis e trans, de uma favela do Rio de Janeiro, ex-participantes de projetos sociais voltados para promoção da saúde sexual e reprodutiva e equidade de gênero, no início dos anos 2000.

Tratou-se de um estudo socioantropológico que envolveu análise documental, entrevistas com a equipe de coordenação de dois projetos sociais desenvolvidos na favela em questão, além da coleta das narrativas de dez ex-participantes de projetos sociais. Cabe mencionar que atuei como educadora em um dos projetos no qual o trabalho de pesquisa-intervenção também gerou grande número de materiais escritos, reflexões e marcas no meu modo de pensar e fazer trabalhos sociais.

Os conflitos entre o grupo, oriundos da negociação entre demandas dos financiadores, o controle para avaliação de impacto e as ações criativas dos jovens, bem como suas vontades de alteração das práticas, provocaram problematizações acerca das relações de poder, as zonas de invisibilidade dos cursos das práticas sociais e a desvalorização da potência criativa dos coletivos. Desse modo, é inegável que a narrativa das pessoas entrevistadas tenha ganhado recortes e interpretações a partir de minhas próprias memórias, fato analisado e explicitado na tecitura dos textos analíticos.

Outro fator motivador da pesquisa foi o desmonte das políticas sociais na área da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, a partir dos primeiros anos de 2010. Além de cada vez mais esvaziadas de uma perspectiva de direitos humanos e de crítica às desigualdades sociais, ações de prevenção à Aids voltadas ao público jovem, LGBTQIA+ e prostitutas foram censuradas, com uma crescente resistência ao debate sobre gênero e sexualidade nas escolas. Tem havido uma evidente redução de intervenções educativas, nacionais e locais, sobre o tema (Paiva et al., 2020; Seffner; Parker, 2016). Tal redução foi notada por minhas andanças na favela, quinze anos depois da participação em um dos projetos sociais mencionados. Ao voltar ao território, para a realização de uma pesquisa (anterior ao projeto de pós-doutorado), notei a ausência de ações dirigidas à educação em sexualidade, cuidado com a saúde e prevenção do HIV/Aids, que antes eram abundantes.

O cenário atual contrasta com as iniciativas governamentais e não governamentais da década passada, caracterizadas pela criação de espaços de aprendizagem e diálogo (Russo; Arreguy, 2015; Paiva et al., 2020;

Monteiro et al., 2019). Embora nunca tenhamos alcançado uma sociedade com amplo apoio aos direitos sexuais e reprodutivos, tivemos avanços relevantes no rompimento do silêncio em torno da sexualidade, que incluíram diversas políticas e programas, resultantes da mobilização para o enfrentamento ao HIV/ Aids e das negociações da ONU em torno do gênero e da saúde reprodutiva, na década de 1990 (Corrêa, 2008). A resposta brasileira para a Aids até o início da década de 2010, ainda que não ausente de críticas, era considerada exemplar, o que rendeu ao país um lugar de destaque no cenário internacional, além de recursos para a experimentação e aprimoramento de estratégias inovadoras e a cooperação com outros países. Sobretudo nas três primeiras décadas de epidemia de HIV/Aids, foram desenvolvidas intervenções criativas e afinadas às demandas de diferentes grupos sociais e resultantes do ativismo e da articulação de diversos atores, como artistas, gestores públicos, acadêmicos, empresas privadas, pessoas vivendo com HIV/Aids e até grupos religiosos (Seffner; Parker, 2016; Agostine et al., 2019).

A ação vinculada desses grupos, frente às questões sociais, permitiu o reconhecimento das limitações das propostas preventivas centradas apenas na divulgação de informações e na responsabilização individual, apontando para as condições de vulnerabilidade às IST/Aids, que considerem também fatores sociais e programáticos (Fonseca; Monteiro; Nascimento, 2022). Ainda, tendo em vista a complexidade que cercou o problema da Aids no Brasil, afetando a grupos com condições de vulnerabilidade variadas (jovens, mulheres, moradores de favela etc.), as agendas de trabalho para o enfrentamento da epidemia de HIV/Aids foram associadas a temáticas diversas, críticas às desigualdades de gênero, faixa etária, orientação sexual, raça e classe social.

Cabe ressaltar a influência do pensamento de Paulo Freire na formulação de políticas de saúde baseadas na promoção da cidadania – e não na de consumidores individuais de serviços e produtos (Paiva; Peres; Blessa, 2002). A abordagem da educação popular freireana, presente em projetos de formação em favelas e comunidades populares antes mesmo

da emergência da Aids, foi compatível com a ideia de que os comportamentos e atitudes são impregnados pelo contexto social. Na metodologia de educação popular, os participantes são engajados no questionamento das forças que os oprimem (Freire, 1979). A conjuntura de disseminação do vírus HIV entre populações mais vulneráveis demandou uma ação problematizadora da realidade, com vistas a à sua transformação, assim como difundiu Freire.

Em síntese, as intervenções para o enfrentamento da Aids, dirigidas aos grupos mais vulnerabilizados, afirmaram a importância do trabalho crítico-emancipatório das desigualdades sociais, em que a participação dos mais afetados na construção de estratégias de prevenção possibilitou respostas mais sensíveis às suas necessidades e realidades. O enfrentamento às diversas opressões foi uma marca da resposta para a Aids, relacionada à ampliação do acesso aos direitos humanos e de recursos para o cuidado com a saúde sexual e reprodutiva. Essas práticas foram consideradas lições que, como mencionado, renderam ao Brasil um lugar de

destaque no cenário internacional, e investimentos no campo das ações educativas voltadas à sexualidade e ao cuidado com a saúde reprodutiva que, atualmente, passam por um período de desmantelamento.

De acordo com Seffner e Parker (2016, p. 294) o desmonte “da capacidade das políticas públicas brasileiras em reduzir a homofobia; de cuidar das pessoas vivendo com HIV/Aids; de educar jovens sobre questões de sexualidade, gênero e doenças sexualmente transmissíveis”, somado à valorização do tratamento em detrimento das abordagens de questões sociais, seria “fruto de longo processo de desperdício da experiência” (idem).

O desperdício da experiência está relacionado à limitação da experiência por uma ideia de razão moderna. Na medida em que avança uma nova racionalidade na modernidade, “o tempo passou a ser administrado a favor de certos métodos, com o objetivo de alcançar determinados fins” (Aguiar, 2012, p. 61). Na atualidade, o tempo se estreita ainda mais, realidade reproduzida, inclusive, nas ações sociais no campo da saúde e dos direitos humanos. Com

a necessidade de justificar recursos empregados, exige-se que o tempo e a escala de alcance se adequem às relações de custo-benefício: um maior número de pessoas alcançadas em menor tempo é de mais fácil apoio financeiro, em que métodos sintéticos, de simples replicação e curto prazo ganham a preferência (Fonseca, 2023). O lugar da experiência e da maturação dos acontecimentos não previstos tem sido lançado a segundo plano há décadas, e de forma cada vez mais brusca nos modos atuais de organização da sociedade. Walter Benjamin (1987, p.198), ao falar de uma perda crescente da capacidade narrativa, explica que “uma das causas desse fenômeno é óbvia: as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo”.

Com Larrosa (2017, p.18), pensador de influência benjaminiana, consideramos que “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, o que acontece, o que toca”. Para que algo nos toque, crie experiência, é necessário tempo para suspender a juízo e a automação da ação, requer parar para pensar, olhar e escutar, ou

fazê-lo mais devagar, algo cada vez mais difícil nos tempos que correm. Embora de significados distintos, experiência e memória são dependentes uma da outra. Se a experiência é o próprio acontecimento, memória é o que dá sentido à experiência, a partir de uma elaboração presente do vivido. É assim que o tempo é um componente importante da própria experiência.

No projeto de pesquisa sobre as trajetórias de ex-participantes de projetos sociais, a memória serviu de artifício político no enfrentamento do desmonte das conquistas sociais para a redução das desigualdades, uma vez que ajudou a evocar as condições de possibilidade, zonas de invisibilidade, contradições, conflitos, relações impensadas, além de afirmar as lições aprendidas com seus processos. Ainda, com a privação crescente do tempo e da experiência, o exercício narrativo, a partir da memória das trajetórias de participantes em projetos sociais nos anos 2000, se constituiu como estratégia política pela afirmação de práticas de investigação contrárias aos reducionismos científicos, sustentados pela ilusão da neutralidade, da estabilidade e de certo

modo de racionalidade já denunciados pelos diversos feminismos (Haraway, 1995; Collins, 2019).

### **As reverberações do presente na memória: modos de tecer narrativas**

Refletindo o intervalo que se deu entre a interrupção das intervenções analisadas e o tempo da memória relatada, a elaboração da experiência como fonte de análise aqui, não tem a intenção de representar “prova incontestável” (Scott, 1998, p. 301) dos acontecimentos, mas produzir elementos que interrompam as perspectivas únicas. Seguindo as críticas de Jeanne Marie Gagnébin (2006) sobre a naturalização da relação entre presente e passado, não se trata de um resgate do passado pela memória, nem de perseguir a verdade sobre o que foi. Isso posto, não se tratou, nos projetos de pesquisa, de avaliar as práticas sociais realizadas ou apresentá-las como exemplos a serem copiados. Todavia, a partir do exame das lições, oportunidades, princípios ético-políticos e metodológicos dos projetos sociais, intentava-se olhar para a multiplicidade de eventos que atravessaram as intervenções e permitiram escapar de práticas

reducionistas, individualizantes e homogeneizantes (Fonseca; Monteiro; Nascimento, 2022). Destaco que, quando me refiro à multiplicidade de eventos que produzem e deslocam os acontecimentos, não tenho a intenção de contabilizá-los, de rastreá-los no sentido de cobrir a totalidade dos processos. Tenho, sobretudo, o intuito de contradizer os reducionismos simplistas das técnicas que homogeneizam e capturam subjetividades.

Considerando a chegada do momento de analisar a experiência (Corazza, 1996), as pesquisas forjaram uma parada no tempo de trabalho, ou melhor, um novo curso na temporalidade das práticas, uma vez que essas nunca pararam totalmente e interferiam nos arranjos dos acontecimentos passados necessários à composição da narrativa da tese e dos artigos. Tal momento de análise coincidiu, por um lado, com uma série de retrocessos políticos no campo dos direitos humanos, sobretudo do gênero, e reações conservadoras aos movimentos emancipatórios. Por outro lado, aconteceu concomitantemente a expansão do acesso a abordagens e a feminismos contra-hegemônicos, bem

como a ampliação da diversidade de movimentos de mulheres no Brasil.

Todos esses fatores movimentaram as questões e reflexões levantadas ao longo da escrita dos textos resultantes das pesquisas, alterando o foco e os sentidos oferecidos aos acontecimentos postos em análise. A narrativa era o próprio movimento de análise que, ao buscar costurar os fatos documentados (nos diários de campo, materiais educativos e de campanha, relatórios, artigos, transcrições de entrevistas), alterou antigas formas de pensar o campo. Por exemplo, não se tratava mais de pensar como os homens cis podiam ser transformados, como eu tentava entender no início da tese, mas que práticas, tensões e relações de poder são invisibilizadas quando o alcance e o conteúdo das transformações subjetivas são estabelecidos de antemão.

Em ambas as pesquisas, depreendeu-se que as restrições impostas ao tempo dos projetos se apresentaram como limitadoras das possibilidades de criação nos encontros com os coletivos. Na administração cerceadora do tempo, as metas de transformação são

estabelecidas de antemão, por quem tem o controle dos recursos financeiros e domina as lógicas de linguagem, de apresentação sucinta dos dados, a simplificação das relações e de ocultamento das contradições, que são próprias da colonialidade do saber.

Teorias críticas da colonialidade indicaram que relações de poder entre o Norte e o Sul Globais se baseiam em hierarquias de conhecimento que se atualizam tanto nas formações acadêmicas quanto nas lutas emancipatórias, quando não põem em análise pressupostos dominantes na produção de conhecimento, que valorizam a estabilidade, a ordem e a regularidade (Fonseca, 2023). Os saberes provenientes das ditas metrópoles mundiais assumiram *status* de verdade por meio de uma série de artifícios que privilegiaram uma lógica única na produção de conhecimentos, útil ao domínio colonial moderno. Tal colonialidade se mantém viva “nos manuais de aprendizagem, nos critérios para os trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna” (Maldonado-Torres, 2007,

p.131). Os códigos hegemônicos de produção de saberes começam a ser assimilados desde muito cedo, de modo “que o universalismo, a linearidade, a verdade, o causalismo e os dualismos se constituem como eixos centrais na formação dos rituais escolares, atualizando-se através dos dispositivos do conhecimento científico” (Rocha; Aguiar, 1992, p. 89). Assim, a colonialidade atravessa o planejamento e a execução das práticas sociais, bem como os modos de as analisar, registrar e divulgar.

Nessa racionalidade científica, de metas já definidas previamente, a pesquisa costuma ser de confirmação ou refutação do percurso elaborado. Trata-se de averiguar se a rota traçada leva ou não ao ponto estimulado pelos critérios de verdade. No caso das intervenções nas masculinidades, recomendava-se averiguar se determinadas técnicas mudavam comportamentos para o que era considerado um “homem transformado”. No caso dos projetos de saúde sexual e reprodutiva com jovens, muitas vezes, avalia-se a aquisição de certos comportamentos preventivos de ISTs e de gravidezes. Todavia, como possibilitar a criação de novas práticas?

Novas interrogações? O acesso a outros lugares? A produção de novos caminhos? Nessa lógica, perdem-se os desvios, os conflitos que impõem novas questões, as instabilidades que convocam a novas perspectivas do problema.

Nas práticas de educação popular, de pesquisa-intervenção, feministas, decoloniais, ou seja, práticas que rompem com as hierarquias de conhecimento entre participantes da pesquisa (quem pesquisa/a quem se pesquisa, quem educa/ a quem se educa), as metas são feitas e refeitas nos encontros, que são saturados de embates, reviravoltas e complexidades próprias às relações humanas. Esse modo de fazer das práticas sociais é também o modo de as analisar. Um fazer crítico às relações de poder coloniais, incluindo gênero, raça e classe, que permeiam as práticas sociais, supõe também um novo modo de as pensar e as registrar. Assim, o acompanhamento dos processos e de suas intensidades requer postura de abertura ao que tais processos podem gerar. Nesse sentido, ainda, a narrativa não é descrição dos fatos, ou a reprodução das ideias no papel, mas supõe a própria construção do

pensamento, é algo que acontece em ato.

Era desse modo que as transformações se apresentavam para mim em campo, como processos que se desvelavam sem previsão ou controle, frutos de uma realidade móvel, a todo tempo em processo de construção, com múltiplas entradas possíveis de interrogação das práticas, tal como expressam Katia Aguiar e Marisa Rocha (2007). O próprio curso da escrita deve produzir analisadores e estar atento à possibilidade de desvios de rota e recolocação de questões.

Ao longo da pesquisa iniciada para a tese, entendi que a análise das práticas de engajamento de homens, cis e trans, na transformação de suas masculinidades, ou para a aquisição de hábitos saudáveis e equânimies entre jovens nos projetos de prevenção ao HIV/Aids, não se daria pela tentativa de responder o que consegue produzir mudanças, ou não. Tratava-se de formular questões sobre concepções que sustentam as próprias práticas, os lugares de quem as compõe e o conteúdo e o modo como as encomendas são feitas. Quanto mais eu me aproximava de novas leituras sobre os feminismos interseccionais e

decoloniais e sobre micropolítica, mais sentia a necessidade de indagar minha própria experiência e perspectivas teóricas. As leituras se conectavam imediatamente com minhas inquietações sobre o campo, em um processo no qual os estímulos do presente construíam a memória do passado. Foi desse modo que a memória a que me referi nos trabalhos de pesquisa discutidos aqui, dizia respeito aos documentos guardados e à memória gerada a partir da escrita. Isso significa que memória é também criação e não um retrato fiel de eventos passados. Nesse processo, as condições do presente davam contorno a escrita do passado.

Os registros, ao ganharem novos recortes e composições para caberem nos limites de uma tese, adquiriam novas nuances e problemáticas, a partir do movimento do pensamento, conjugado às possibilidades de análise oferecidas pelas diferentes autoras das quais me aproximava. A aproximação entre as referências bibliográficas e a experiência narrada não é, mais uma vez, de qualquer comprovação da verdade ou tentativa de universalidade dos fatos, mas de busca de sintonia e

apoio na produção de sentidos comuns. Meu compromisso era, portanto, com “um conhecimento afinado à ressonância, não à dicotomia” (Haraway, 1995, p.29).

As epistemologias feministas que repercutiram no Brasil no momento da elaboração de minha tese influenciaram minhas análises das práticas para transformação das masculinidades e, consequentemente, minha percepção dos projetos sociais com jovens, dos quais fiz parte, e foram analisados no pós-doutorado, a partir das trajetórias de ex-participantes. A perspectiva interseccional ampliou a análise da localização do pesquisador em campo, bem como as reflexões sobre os efeitos dos lugares dos propositores de projetos internacionais de promoção de direitos humanos, dentre os quais incluo os do campo do gênero e da saúde reprodutiva. Reconhecida como um paradigma de pesquisa, a teoria da interseccionalidade dá nome a um compromisso teórico e político, com mais ênfase a uma matriz de opressão/privilégio (Nogueira, 2017). Fruto de uma crítica das mulheres negras ao feminismo liberal e a universalização das mulheres, uma análise

interseccional captura, por exemplo, como diferentes níveis de discriminação criam oportunidades, benefícios sociais e materiais para aqueles que gozam de estatutos normativos não marginalizados, como homens cis, heterossexuais, brancos, de classe alta (Nogueira, 2017), de modo a colocar a questão também sobre os como são formados os lugares de privilégio – muitas vezes naturalizados e não percebidos – em projetos que reivindicam a justiça social.

Em articulação com os debates do feminismo decolonial, as ferramentas propostas pela teoria da interseccionalidade permitiram produzir questões analisadoras das metodologias e demandas para projetos sobre masculinidades, uma vez que reconhece que as tecnologias produzidas no Norte Global não devem pressupor um modelo de ser humano universal. Tal pressuposição cria indicadores e metas difíceis de serem alcançadas pelos sujeitos, além de tornarem invisíveis suas histórias. Mantém o domínio das técnicas nas mãos dos mesmos. Com isso, notei que meu desconforto e as desigualdades na relação com os especialistas das

masculinidades não se deviam, principalmente, ao fato de serem homens cis, mas serem brancos e oriundos de países que dominam a linguagem e as lógicas hegemônicas de comunicação e apresentação dos saberes.

Por meio das críticas aos lugares de saber, endossadas pela pesquisa-intervenção e as epistemologias feministas, considero que deve se arrençar quem pesquisa de qualquer estabilidade pré-suposta: seja do conhecimento, seja de sua identidade. Precisa haver abertura para criar zonas de indagação e desestabilização que favoreçam o coletivo a aflorar. Assim sendo, posicionarmo-nos em nossas produções escritas e de saber não se reduz a indicar o ponto em que nos situamos, mas seguir os rastros dos caminhos percorridos que levaram aos lugares ocupados.

A partir do reconhecimento de que a neutralidade foi forjada em meio à centralidade de determinadas técnicas de produção de conhecimento, teorias feministas demonstraram que nenhuma luta social pode prescindir da localização de si mesmo nas relações de força que conduzem o curso e as análises da sociedade. Desse modo,

“posicionar-se é uma prática chave metodologicamente e responsável politicamente” (Haraway, 1995, p. 27). Localizar-se, posicionar-se, analisar sua implicação, tem aqui o sentido de refazer os caminhos, as experiências e as marcas que direcionaram o olhar sobre o observado. Não se trata apenas de anunciar a ocupação de um lugar fixo, como identidades definidas, mas seus efeitos, relações presentes, como se sustenta, os caminhos percorridos, aberturas, entraves, rotas de fuga etc.

A raça, a origem geográfica, o gênero, a faixa etária, as habilidades físicas são fatores que certamente influenciaram as visões e as relações entre quem forma e a quem se forma, entre quem pesquisa e a quem se pesquisa, pois tais posições produzem ou não cumplicidade com o público de interesse; rendem depoimentos baseados em como tal público nos vê (Schucman, 2016). Com base nesse pressuposto, pude perceber que, em muitas cenas, esses marcadores de pertencimento apareceram como analisadores importantes nas formações para saúde sexual e reprodutiva e desconstrução de gênero; nos diários apareciam como fonte de

acolhimento, estranhamentos ou questionamentos por parte dos envolvidos nas intervenções, resultavam em privilégios e obstáculos, ofereciam outros pontos de vista, ou limitavam minha compreensão dos enunciados. No entanto, localizar pressupõe um olhar atento para as tramas de poder nas quais estamos situados, fundamentalmente nossa implicação com a instituição de um saber (Paulon; Romangnoli, 2010). Não deve servir às interdições de quem pode, ou não pode pesquisar sobre determinados grupos, mas reconhecer e analisar as relações que envolvem a investigação, ou os processos de formação. Pude perceber que, tanto nas intervenções, quanto na narrativa delas, minhas posições subjetivas engendravam o percurso analítico, forneciam os problemas a serem explorados.

Analizar minha própria experiência no trabalho social não a tornou inquestionável. Antes, se constituiu como plano no qual se inscreveram a heterogeneidade das forças que atravessaram os encontros, os deslocamentos produzidos pelos corpos, a interseccionalidade das lutas

e das formas de opressão que se atualizam em determinados momentos.

Desse modo, a cartografia das práticas remeteu à atenção às relações com as interlocutoras e os interlocutores. Pensando com Luciana Franco (2016), tive o desafio de como cuidar da relação de confiança com as pessoas que me apoiaram nesse trabalho de pesquisa, que se tornou público por meio de tese, livro e artigos. As pessoas com quem dialoguei, ou que entrevistei, não foram sujeitos/objetos de pesquisa, mas foram também referências consonantes ou dissonantes ao que foi alinhavado nas narrativas de pesquisa. Houve a oportunidade de consultar algumas das pessoas colaboradoras antes da publicação dos trabalhos. Assim, além de contarem sua experiência de leitura, puderam decidir se seus nomes seriam citados fielmente, ou em sigilo.

Por fim, na organização do texto da tese, páginas em itálico marcavam o relato da experiência, contavam uma história, introduzindo os capítulos e as seções da tese. Sua escrita em *italico* indicava a construção do campo problemático por meio dos registros refeitos. Todavia, é possível notar na leitura do texto final que a narração da

experiência vivida pouco se diferenciava das análises sustentadas pelas referências bibliográficas, evidenciando a interposição entre passado e presente, entre política, construção de conhecimento e memória.

## Referências

- AGOSTINE, Rafael; ROCHA, Fátima; MELO, Eduardo; MAKSDUD, Ivia. A resposta brasileira à epidemia de HIV/AIDS em tempos de crise. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 12, p. 4599-4604, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8kskKTq9StVQYtMxrwb4KL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2024.
- AGUIAR, Katia; ROCHA, Marisa. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-intervenção: Referenciais e Dispositivos em Análise. *Psicologia: ciência e profissão*. Brasília, v. 27, n. 4, p. 648-663, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ggt9ktnF6X7mVWygJQCk8DC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- AGUIAR, Katia. Práticas de formação e a produção de políticas de existência. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. spe, p. 60-66, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/54sx47nzG4f5bznW8qXF5bq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p.131-149.
- ARILHA, Margareth. *Nações Unidas, população e gênero: homens em perspectiva*. Jundiaí, São Paulo: In House, 2010.
- BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.11, p. 89-117, mai/ago, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do*

Empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNEL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 80, p. 09-20, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2025.

CONNEL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

CORAZZA, Sandra. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Porto Alegre: Mediação, 1996.

CORRÊA, Sônia. Sexualidade e desenvolvimento uma história em imagens. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY Susie (orgs.). *Questões de sexualidade: ensaios transculturais*. Rio de Janeiro: Abia, 2008. p. 48-58.

FONSECA, Vanessa do Nascimento. “Precisamos falar com os homens?": Colonialidade e estratégias de transformação das masculinidades. Rio de Janeiro: EdUerj, 2023.

FONSECA, Vanessa do Nascimento; NASCIMENTO, Marcos; MONTEIRO,

Simone. Aids e prevenção: um olhar retrospectivo sobre projetos sociais com jovens no Rio de Janeiro. *Saúde em Debate*, São Paulo, v. 46, n. 7, p. 48-61, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/VN8kDzqDZqkGPRPRtsQfkDQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FREIRE, P. *A Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Anniele Sarah Ferreira de; BREDA, Thiara Vichiato. Narrativas cartográficas: quando o mapa vira texto. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 9, n. 18, p. 106-124, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/reviestaedugeo/article/view/667>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FRANCO, Luciana de Oliveira Pires. *Por uma política de narratividade: pensando a escrita no trabalho de pesquisa*. Niterói: EdUFF, 2016.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 20 fev. 2025.

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. “Em cena, os homens...”. *Revista de Estudos Feministas*, v. 6, n. 2, p. 371-374, 1998. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X1998000200008&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X1998000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 16 jan. 2025.

KEIJZER, Beno de. Masculinidades: resistance and change. In: Oxfam GB. *Gender Equality and Men: learning from practice*. Oxford: Oxfam, 2004.

LARROSA, Jorge. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LOURAU, René. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.;

GROSFOGUEL, R. (orgs.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro; VILLELA, Wilza; MORA, Claudia; PARKER, Richard. Desafios do tratamento como prevenção do HIV no Brasil: uma análise a partir da literatura sobre testagem. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 5, p. 1793-1807, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/RNkwKrgv4Lqs7DB4QvGKmKH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2025.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PAIVA, Vera; PERES, Camila; BLESSA, Cely. Jovens e Adolescentes em Tempos de Aids: reflexões sobre uma década de trabalho de prevenção. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 1,

2002, p. 55-78. Disponível em <https://revistas.usp.br/psicousp/article/view/108166>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PAIVA, Vera; ANTUNES, Maria Cristina; SANCHEZ, Mauro Niskier. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. *Interface*, v. 24, n. e180625, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/SbJ4wW39xzdCHT5gnDnwxCg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Por uma política da narratividade. In: In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p.150-171.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-Intervenção. *Psicologia & Sociedade*, v.17, n.3, 2005, p.18-25. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/YWZKdkyF5zBjQvhJZkdK7m/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PAULON, Simone Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(1), 2010, p. 85-102. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/9019/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa Práticas universitárias e a formação sócio-política. *Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política*. Niterói: UFF, n. 3/ 4, p. 87-102, 1997.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 23, n.4, 2003, pp.64-73. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XdM8zW9X3HqHpS8ZwBVxpYN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ROCHA, Marisa Lopes da. A formação como acontecimento: solidão, pensamento e autogestão. In: MACHADO, Adriana Marcondes; Fernandes, Ângela Maria Dias; ROCHA, Marisa Lopes da (orgs.). *Novos possíveis no encontro da*

*psicologia com a educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; SOUZA, Vera Lucia Batista de. A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo. In: KAMKHAGI, Vida Raquel; SAIDON, Osvaldo (orgs.), *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 27-47.

RUSSO, Kaline; ARREGUY, Marília Etienne. Projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas”: percepções de professores e alunos sobre a distribuição de preservativos masculinos no ambiente escolar. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 2015, p. 501-523. Disponível em <https://www.scielo.br/j/physis/a/h3DNCjJK7ntk5xPp8CdxBkB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. *Interface*, 20 (57), 2016, p. 293-304. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/MTZ5T7N97xXVjcGX5qxWsPh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História: Revista Do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, n 16, p. 297-325, fev.1998. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta, 2016.